

Seminário Internacional de Educação Superior 2014

Formação e Conhecimento

Anais Eletrônicos



FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES NO PARANÁ: O PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL – PDE

Heloisa Gomes Bezerra¹

Adriana Castreghini de Freitas Pereira²

INTRODUÇÃO

Podemos dizer que políticas públicas educacionais são aquelas que tratam das questões escolares. A criação e prática de programas baseados em políticas públicas que visam a capacitação ou formação continuada dos professores de forma a garantir a qualidade do ensino na educação básica tem se tornado cada vez mais comuns no país. No Estado do Paraná temos como exemplo um programa de formação continuada para os docentes da rede estadual de ensino. Conhecido como Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE), instituído pela Lei Complementar nº 103/2004, o PDE consiste em trabalhar com formação continuada estabelecendo uma relação entre os professores do ensino superior e os da educação básica, mediante atividades teóricas e práticas orientadas, agregando valor em suas aulas e permitindo essa participação enquanto fomentadora para o plano de carreira do profissional, através de elevação no vencimento.

Conhecer e analisar os pontos positivos e negativos de políticas públicas que visam a formação continuada como o PDE, sobretudo o de Geografia realizado na Universidade Estadual de Londrina, será o objetivo do trabalho a ser desenvolvido e apresentado ao Programa de Pós-Graduação da instituição pesquisada.

Palavras-Chave: Políticas Públicas de Educação – Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE) – Ensino de Geografia – Formação Continuada

POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO CONTINUADA

Podemos entender como Políticas públicas “[...] a totalidade de ações, metas e planos que os governos (nacionais, estaduais ou municipais) traçam para alcançar o bem-estar da sociedade e o interesse público” (SEBRAE, 2008, p.5), ou seja, um conjunto de

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Londrina.
helloisagb@gmail.com

² Professora Doutora no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Londrina.
adrianacfp@uel.br

Seminário Internacional de Educação Superior 2014

Formação e Conhecimento

Anais Eletrônicos



pesquisas e atividades que visam estabelecer mediante sua efetivação melhoria na qualidade de vida da população. Essas políticas estão presentes em diversos âmbitos da sociedade, tais como saúde, segurança e educação, sendo essa última a que nos diz respeito nesse trabalho.

“Se ‘políticas públicas’ é tudo aquilo que um governo faz ou deixa de fazer, políticas públicas educacionais é tudo aquilo que um governo faz ou deixa de fazer em educação” (OLIVEIRA, 2010. p.96). Existem diversos tipos de políticas públicas na área da educação, dentre as mais difundidas, podemos citar as leis que regem o sistema educacional do país, como a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), os planos como o Plano Nacional da Educação (PNE) e os programas que buscam corrigir falhas existentes nos anteriores, de modo a melhorar a qualidade de ensino, seja mediante capacitação ou formação continuada dos professores ou cursos extracurriculares para os alunos.

“Na formulação de políticas, será indispensável considerar que um país de dimensões continentais, grande diversidade regional e profundas desigualdades sociais não comporta alternativas únicas e modelos idênticos” (MELLO, 2013, p.34). As políticas públicas devem ser elaboradas a partir das necessidades existentes, com o intuito de trabalhá-las e visando garantir a qualidade do ensino para os alunos e aos profissionais que atuam na área. Nesse sentido, políticas estaduais ou municipais, geralmente conseguem obter mais sucesso que aquelas de caráter nacional, por tratarem de uma dimensão menor e possuindo uma abrangência maior, ou seja, por estarem mais próximas da realidade local. Outro fator que geralmente não é observado, mas que deve ser analisado quando tratamos de capacitação de professores, é a diversidade de formas de se trabalhar em sala de aula de acordo com a disciplina, ou seja, podemos ter uma base para ministrar todas as disciplinas, mas cada uma e cada professor terá sua peculiaridade, a qual sempre deve ser respeitada de modo a não permitir a perda de sua identidade.

Sobre a dificuldade na construção e condução de políticas educacionais, Mello (2013, p.34) discorre que esse “[...] é um processo permeado de conflitos e envolve sempre administrar carências. Metas viáveis de mais curto prazo devem estar inseridas num plano gradativo para atingir metas mais ambiciosas”. O acompanhamento dos planos e projetos também é importante para mensurar a eficácia de cada um deles, verificar o que deve ser mantido ou alterado e se é viável sua continuidade.

Outro empecilho nessa área é o questionamento sobre o funcionamento de nosso sistema educacional. Há muitas opiniões distintas e poucas oportunidades de colocá-las em prática. Para Chaves,

Seminário Internacional de Educação Superior 2014

Formação e Conhecimento

Anais Eletrônicos



Precisamos de uma abordagem sistêmica, que olhe para a educação como um todo, formal e não-formal, e que seja radical, isto é: tenha por objetivo uma transformação radical e não pequenas mudanças que podem melhorar um pouquinho aqui e ali, que podem reformar um ou outro aspecto mais grave ou urgente, mas não afetam o todo de forma significativa (2011, s.p.).

Nesse sentido, as políticas públicas, sobretudo de formação continuada e voltadas para a redução da repetência e da evasão, para o aumento do período de escolaridade obrigatória entre outras, podem não serem apropriadas, já que permitem a continuidade das deficiências ou correção de parte delas apenas.

Quando nos referimos à formação continuada, precisamos nos ater a alguns aspectos, tais como a formação, a profissão, a avaliação e as competências que cabem ao profissional da educação, que interferem diretamente no cotidiano do professor e de seu desempenho em sala de aula. Não basta ingressar em um curso apenas com a intenção de ficar afastado do trabalho ou que o curso por si próprio trará a motivação de volta ao professor, ele deve se avaliar e questionar-se quanto ao trabalho que exerce e o prazer que sente nele, se há interesse em continuar, se deve haver lutas por melhores condições de trabalho, etc. Podemos dizer que a formação continuada

[...] é condição importante para a releitura das experiências e das aprendizagens. Uma integração ao cotidiano dos professores e das escolas, considerando a escola como local da ação, o currículo como espaço de intervenção e o ensino como tarefa essencial. É um *continuum* (COUTO, 2005. p.14).

Assim, a formação continuada não deve ser pensada apenas como continuação da preparação do professor, mas como atividade contínua a ser realizada por ele, buscando qualidade em seu trabalho, novas alternativas de ensino e melhora diária na prática teórico-metodológica. O contínuo precisa de parcerias, sobretudo através de políticas públicas, mas também depende do comprometimento por parte dos profissionais que atuam na educação.

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL – PDE

Como já dito anteriormente, a criação de programas baseados em políticas públicas que visam a capacitação ou formação continuada dos professores de forma a garantir a qualidade do ensino na educação básica tem se tornado cada vez mais comuns no país, porém, há muitas discussões acerca disso. Para Mello (2013, p.36-37)

Os resultados de estudos sobre a efetividade dos programas de capacitação docente para melhorar a aprendizagem dos alunos não são

Seminário Internacional de Educação Superior 2014

Formação e Conhecimento

Anais Eletrônicos



alentadores. Se é sustentável o pressuposto de que a capacitação pode ser melhor potencializada numa efetiva interação com a organização escolar, as estratégias e formatos desses programas deveriam ser repensados. O novo enfoque teria em vista capacitar o professor, não apenas em conteúdos e metodologias, mas naqueles conteúdos e metodologias requeridos para participar efetivamente da formulação e execução do projeto pedagógico da escola, mantida a especificidade da área ou disciplina de ensino. Uma estratégia desse tipo sinaliza na direção de formas de capacitação diversificadas, flexíveis e regionalizadas, empregando meios não convencionais como ensino a distância e televisão.

Muitas das formas que temos para trabalhar com a capacitação devem ser repensadas, pois é possível observar que diversas tentativas tem ocorrido sem sucesso. Investimentos que poderiam ser gastos em atividades com retornos mais certos estão sendo desperdiçados por falta de planejamento. Agir sem planejar é sempre um equívoco, independente da área ou do projeto em questão, não sendo diferente quando se trata da educação. A capacitação do professor e de toda a comunidade escolar deve ser contínua e pensada de forma a abarcar todo o projeto pedagógico da escola, deve envolver a todos para que toda a comunidade saia beneficiada.

Um exemplo de programa de formação continuada para os docentes que se encontra em andamento no Paraná é o Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE), que foi instituído pela Lei Complementar nº 103/2004. O PDE é responsável pela relação entre os docentes do ensino superior e os professores da educação básica da rede estadual de ensino, mediante atividades teóricas e práticas que ocorrem nos ambientes físicos da universidade e da escola em que o professor atua e ambientes virtuais, sempre com orientação e tem como objetivo estimular a produção de conhecimento e de mudanças qualitativas na prática escolar dos professores participantes.

Para participar do PDE é necessário que o professor faça parte do quadro próprio do magistério (QPM) e esteja no nível II, classe 8 a 11, da tabela de vencimentos do plano de carreira. Os profissionais são afastados por 2 anos de forma remunerada, no primeiro ano o afastamento é por período integral e o segundo é de 25% de sua carga horária de trabalho (PARANÁ, 2010).

Durante o PDE, os professores possuem atividades presenciais e a distância em seminários, cursos e encontros de orientação com docentes orientadores, pois devem elaborar um Projeto de Intervenção Pedagógica que será aplicado na escola em que trabalham ao longo de sua participação no programa. O trabalho final no PDE é representado pela escrita de um artigo científico com base nas normas da ABNT tendo como temática o projeto realizado.



Com o término da participação no PDE, os professores retornam à sala de aula em sua carga horária integral, recebendo um certificado que permite sua elevação de nível na tabela de plano de carreira, e conseqüentemente, obtendo aumento salarial. O maior objetivo do PDE é que os professores apliquem em sala de aula a prática teórico-metodológica desenvolvida durante o programa.

O PDE DE GEOGRAFIA NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA

A Universidade Estadual de Londrina (UEL) é uma das instituições de nível superior (IES) que participam do PDE mediante a Pró-Reitoria de Extensão (PROEX). O professor que ingressa no PDE segue o estudo dentro de sua disciplina de atuação para nortear suas produções. As disciplinas que abrangem o PDE são Arte; Biologia; Ciências; Educação Especial; Educação Física; Educação Profissional; Formação de Docentes; Filosofia; Física; Geografia; Gestão Escolar; História; Língua Estrangeira moderna; Língua Portuguesa; Pedagogia; Química e Sociologia. Há um documento oficial do Programa que define as linhas de estudo para cada disciplina.

Na disciplina de Geografia, o PDE a divide em quatro Linhas de estudo: Fundamentos teórico-metodológicos da Geografia; Tecnologias e linguagens no ensino da Geografia; Didática e metodologia de ensino da Geografia e Avaliação do processo ensino-aprendizagem na disciplina de Geografia. O professor passa por todas as linhas de estudo, qualificando assim seu processo de formação e deve escolher uma linha para nortear seus estudos e elaborar o projeto a ser desenvolvido.

Na UEL, o PDE funciona nos prédios de diversos centros de estudo, nos ambientes virtuais onde são realizados cursos e webconferências e no prédio PDE, construído no campus em 2012 o qual “[...] tem dois pavimentos, e conta com um anfiteatro de 200 lugares, quatro salas, dois laboratórios de informática, uma sala de reunião, duas salas de orientação e elevador. O prédio já abriga cursos do Plano Nacional de Formação de Professores (PARFOR) e ENADE” (AGÊNCIA UEL, 2013).

Na Universidade Estadual de Londrina, o PDE iniciou suas atividades em 2007 e atualmente tem como responsável na área de Geografia a docente Eloiza Cristiane Torres. Entre os anos de 2007 e 2008, foram escritos 26 artigos científicos na área de Geografia, sendo 19 em 2007 e 7 no ano de 2008. Os resumos desses trabalhos estão disponíveis para consulta no site do Dia a dia Educação (<http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=616>). Nesse site os professores encontram normas, calendário e o Plano Integrado de Formação Continuada a ser seguido durante a atuação no programa.



BREVE ANÁLISE SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA COMO O PDE

A temática apresentada representa a pesquisa que está em andamento para o Programa de Pós-Graduação em Geografia, nível de Mestrado, da Universidade Estadual de Londrina.

Assim como já citado na Introdução do trabalho, o objetivo é elencar e analisar os pontos positivos e negativos de políticas públicas de ensino, sobretudo de formação continuada como o PDE de Geografia. Esse objetivo foi pensado após algumas conversas com docentes da Universidade Estadual de Londrina, que relataram o desinteresse de muitos participantes do programa, que acabam aproveitando apenas do tempo distante do trabalho e da gratificação remunerada que receberão após o término do projeto.

Outros objetivos da pesquisa são:

- Conhecer políticas públicas de formação continuada como o PDE;
- Verificar mudanças na prática-teórico metodológica dos professores que residem em Londrina e participam do PDE na turma de 2012/2013 através de quadro comparativo anterior e posterior a sua participação no programa;
- Levantar a evolução do PDE Geografia em Londrina desde 2007;
- Mapear a localização dos professores participantes do PDE;
- Conhecer os materiais utilizados com os professores da rede e os trabalhos produzidos por eles durante sua participação no programa.

Programas como o PDE são tentativas do Poder Público em contribuir com a melhoria da prática teórico-metodológica dos profissionais favorecendo professores e alunos, para que se sintam estimulados em atuar na profissão em que se especializaram e na busca pelo saber, no caso dos alunos.

Pretende-se ao final da pesquisa verificar se o investimento público no PDE está sendo bem aplicado e com retorno satisfatório para alunos e professores.

METODOLOGIAS A SEREM APLICADAS

O trabalho se caracteriza como um estudo das políticas públicas de incentivo à educação na modalidade formação continuada, pesquisa a ser apresentada ao Programa de pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual de Londrina.

Seminário Internacional de Educação Superior 2014

Formação e Conhecimento

Anais Eletrônicos



Sendo assim, o primeiro passo da pesquisa, ainda na elaboração do projeto foi pesquisar, sobretudo em fontes como sites governamentais, sobre políticas de formação continuada e o PDE.

O segundo passo foi delimitar os objetivos da pesquisa a ser realizada e formular a sequência metodológica que será utilizada ao longo do trabalho.

O aporte teórico será realizado mediante levantamentos bibliográficos e em fontes secundárias, tais como autores que trabalham com formação continuada; leis direcionadas à educação; trabalhos sobre o PDE (artigos, dissertações e teses); sites governamentais de educação do Paraná (Dia a dia educação, Sacir e UEL) e base de dados do Núcleo Regional de Ensino do Paraná.

A delimitação e preparação para o trabalho de campo foi realizada, elencando o núcleo e período da pesquisa; número de professores e alunos que participarão da pesquisa; elaboração de questionários (fechados) a serem aplicados e planejamento de possíveis questões (fechadas e abertas) para as entrevistas.

A aplicação dos questionários a serem realizados com os professores participantes do PDE e seus alunos das escolas em que atuam e as entrevistas com os docentes que orientam na Universidade Estadual de Londrina e a sistematização dos dados obtidos nesses trabalhos de campo farão parte de mais uma etapa do trabalho.

O último passo será a elaboração do texto final de qualificação e defesa constando todos as etapas listadas.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA UEL. **Prédio do PDE será inaugurado no Campus Universitário**. Disponível em: <http://www.uel.br/com/agenciaueldenoticias/index.php?arq=ARQ_not&FWS_Ano_Edicao=1&FWS_N_Edicao=1&FWS_Cod_Categoria=2&FWS_N_Texto=15993>. Acesso em: 23 set. 2013.

CHAVES, Eduardo. **Políticas públicas em educação**. 2011. Disponível em: <<http://blog.aticascipione.com.br/eu-amo-educar/a-questao-das-politicas-publicas-em-educacao>>. Acesso em: 30 set. 2013.

COUTO, Maria Elizabete Souza. A aprendizagem da docência de professores em curso de formação continuada na modalidade a distância. In: CONGRESSO ESTADUAL PAULISTA SOBRE FORMAÇÃO DE EDUCADORES, 8., 2005, Águas de Lindóia. **Anais...** Águas de

Seminário Internacional de Educação Superior 2014

Formação e Conhecimento

Anais Eletrônicos



Lindóia: UNESP, 2005. Disponível em: <<http://www.unesp.br/prograd/e-book%20viii%20cepfe/LinksArquivos/9eixo.pdf>>. Acesso em: 30 set 2013.

MELLO, Guiomar Namó de. Políticas públicas de educação. **Estudo Avançados**, v.5, n.13. 1991. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ea/v5n13/v5n13a02.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2013.

OLIVEIRA, Adão Francisco de. **Políticas públicas educacionais**: conceito e contextualização numa perspectiva didática. Disponível em: <<http://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2012/01/texto-4-pol%C3%8Dticas-p%C3%9Ablicas-educacionais.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2013.

PARANÁ. Lei Complementar 130 - 14 de Julho de 2010. Disponível em: <http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=56184&indice=1&totalRegistros=2>. Acesso em: 20 mai 2014.

SEBRAE MG. Políticas públicas: conceitos e práticas. Disponível em: <<http://www.agenda21comperj.com.br/sites/localhost/files/MANUAL%20DE%20POLITICAS%20P%C3%9ABLICAS.pdf>>. Acesso em: 20 mai 2014.